



Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.  
Sub-eixo: Ética, formação e exercício profissional.

## ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS TEÓRICO-POLÍTICOS E SÓCIO-HISTÓRICOS PRESENTES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

JODEYLSO ISLONY DE LIMA SOBRINHO<sup>1</sup>  
RITA DE LOURDES DE LIMA<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse artigo é um construto teórico-político de cunho bibliográfico e de abordagem qualitativa, reflexo de nossos resultados da pesquisa de dissertação de mestrado, e tem o objetivo de refletir crítico-dialeticamente, sobre as determinações sócio-históricas e as inflexões sócio-políticas no Projeto Ético-Político do Serviço Social, construído a partir dos anos 80 do século XX, bem como no processo de formação em Serviço Social no Brasil. Assim sendo, a ética (dimensão intrínseca ao ser social) em seu fundamento ontológico, se apresenta como categoria essencial na formação, que ao cabo remete-se ao trabalho profissional, além de ser fundamental no espraiamento de valores humano-genéricos.

**Palavras-chave:** Ética; Serviço Social; Projeto Ético-Político; Formação e Trabalho Profissional.

**Abstract:** This article is a theoretical-political construct of a bibliographical and qualitative approach, reflecting our results of the dissertation research, and has the objective of reflecting critically-dialectically on socio-historical determinations and socio-political inflections in the Ethical-Political Project of Social Service, built from the 80's of the twentieth century, as well as in the process of training in Social Work in Brazil. Thus, ethics (dimension intrinsic to social being) in its ontological foundation, presents itself as an essential category in formation, which at the end refers to professional work, besides being fundamental in the spreading of human-generic values.

**Keywords:** Ethic; Social Service; Ethical-Political Project; Training and Professional Work.

### 1. INTRODUÇÃO

O tempo atual parece arraigar-se de uma defesa de respeito à vida humana e, tem-se impetrado uma cultura apologética às ações políticas eticamente orientada por uma revitalização de certos valores e costumes morais, ao tempo em que paralelamente esses valores se apresentam difusos e bifurcados na realidade social. Tonet (2002, p: 01) aponta que:

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <isllony@hotmail.com>

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Em todas as dimensões da vida social, valores que antes eram considerados sólidos e estáveis sofreram profundos abalos. Há uma sensação geral de desnorteamento e de insegurança. Parece que, de uma hora para a outra, a sociedade se transformou num vale-tudo, onde não se tem mais certeza do que é bom ou mau, correto ou incorreto. E, sobretudo, parece que os valores que mais se impõe são os de caráter, individualista, imediatista e utilitário, chegando, muitas vezes, ao cinismo mais aberto. Aspira-se a um mundo justo, solidário e humano mas parece que estes valores se tornam cada vez mais distantes.

Tem-se afirmado um processo de distanciamento entre a realidade objetiva e o discurso ético-político moralizante, pois segundo Tonet (2002, p. 8) “quanto mais a realidade objetiva evolui no sentido da desumanização, mais o universo dos valores ganha um estridente caráter de discurso vazio e até mesmo de moralismo barato”, isso eminentemente visível pela não realização de mudanças efetivas na realidade social.

Instala-se uma fratura entre o *ser* e o *dever ser*, enquanto aquele se mostra cada vez mais individualista, competitivo, egoísta, com os sujeitos sendo convertidos em coisas/mercadorias, obedecendo a lógica privatista de expansão do capitalismo contemporâneo, esse - o *dever ser* - se pauta numa concepção abstrata de solidariedade, de defesa da vida, da família, da moral, em um discurso que aponta para iniciativas de ações individuais de “bons corações” que amam o próximo, mas que não se comprometem com perspectivas coletivas e não se baseiam na identidade de classe.

Essa perturbação de valores e de caracteres no campo da vida social invade a realidade profissional do Serviço Social, pois este não se encontra imune ao contexto histórico conjuntural da sociedade. Dessa forma, a profissão tem vivenciado anseios e dilemas éticos e morais presentes na relação objetividade e subjetividade no processo de formação profissional, que por sua vez desembocará no exercício profissional.

Dessa forma, o trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: abordamos rapidamente a questão dos valores e seu fundamento objetivo, apresentando como vem se dando a construção desses na sociedade contemporânea. Em seguida, partimos das inflexões desses determinantes no campo da formação e do exercício profissional do Serviço Social. E, por último, apresentamos nossas considerações finais acerca do tema aqui proposto.

## 2. ALGUMAS REFLEXÕES NO CAMPO DA ÉTICA

Numa primeira aproximação ao campo da ética tendemos a considerar que a arena dos valores se dá no terreno da subjetividade e que os sujeitos, a partir de decisões internas, é que escolhem seus valores, por meio dos quais nortearão as suas decisões. Tal percepção é em parte verdadeira, pois cada um faz suas escolhas ético-políticas e deve responder socialmente por elas. Contudo, a liberdade humana de escolher seus valores encontra-se condicionada pela estrutura social da qual faz parte e pela conjuntura histórica vivida em determinado período, o que não significa que não tenhamos liberdade e que sejamos absolutamente determinados pela realidade vivida.

O que estamos assinalando é que as escolhas ético-políticas do ser humano não se dão desvinculadas da objetividade estrutural da qual faz parte e do período histórico, no qual vive. Na verdade, a ética e a moral tem suas raízes na forma como os seres humanos produzem os meios de satisfazer suas necessidades. Dito de outra forma, a dimensão ético-moral dos indivíduos numa dada sociedade e num determinado período histórico não pode ser seriamente analisada sem considerar como os indivíduos se organizam para produzir seus meios de existência, ou seja, não há como desvincular a ética da produção material da existência humana. Isso significa que, ontologicamente falando, a produção material da vida precede todos os demais elementos.

O pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história é que os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais... O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este um ato histórico, uma condição fundamental de toda história (MARX; ENGELS, 1991, p. 39).

Ou seja, para fazer história, os seres humanos precisam, antes de tudo, permanecer vivos e para isso, precisam encontrar uma forma de produzir alimentos, bebida, habitação etc. Essa forma de produzir os meios de vida se dá a partir da relação dos seres humanos com a natureza e deles entre si, e se

faz por meio do trabalho, fundamento ontológico da vida humana. É no trabalho que se dá a relação entre os seres humanos e a natureza com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas. Nela, ao transformar a natureza, os seres humanos transformam o mundo e também e transformam nesse processo, em uma crescente complexificação, na qual surgem novas necessidades, novas respostas, novas mediações e novas possibilidades. Assim, é o trabalho que permite ao ser humano decidir se faz algo ou não e como fazer. Isso supõe escolhas entre alternativas possíveis e tais escolhas são feitas baseadas em juízos de valor que avaliam as escolhas a partir de critérios baseados no certo, errado, justo, injusto, útil, inútil etc (BARROCO, 1996). Por conseguinte, o trabalho, a práxis é fonte do comportamento ético humano.

Nessa perspectiva, o trabalho é cheio de sentido e significação e contribui para que os seres humanos construam sua história, modifiquem a natureza, modifiquem-se, transformem o mundo a sua volta. Por conseguinte, o trabalho, é atividade ineliminável e condição ontológica eterna da vida humana, fundamento do Ser Social e da emancipação humana. Contudo, a vida cotidiana é o terreno no qual se dá a história humana e o cotidiano tem traços inelimináveis. “São traços característicos da vida cotidiana: o caráter momentâneo dos efeitos, a natureza efêmera das motivações e a fixação repetitiva do ritmo, a rigidez do modo de vida” (HELLER, 2004, p. 43).

Desse modo, o cotidiano tem como características a imediatividade, a heterogeneidade, a superficialidade extensiva e a ultragenerização. Assim, a vida cotidiana é o terreno do irrefletido, portanto, fonte de preconceitos. Os preconceitos surgem das ultragenerizações, que tornam possível a vida cotidiana. As ultragenerizações nascem do pragmatismo e o do empirismo, no qual nossa experiência pessoal se torna critério de verdade. O cotidiano da vida, portanto não é o campo das mediações e reflexões sobre o agir humano. Através de analogias, esquemas e estereótipos, assumimos “verdades” brotadas de nossa experiência cotidiana e as ultrageneralizamos. Desse modo, na vida cotidiana o que parece “ser correto, útil, o que oferece ao homem uma base de orientação e de ação do mundo, o que conduz ao êxito, é também

verdadeiro” (HELLER, 2004, p. 45). Os preconceitos, portanto, são obra da própria vida cotidiana, servindo para consolidar e manter a estabilidade e a coesão social de uma determinada sociedade.

Ao mesmo tempo é no cotidiano da vida que se processa a história humana.

A vida cotidiana posta na sua insuprimibilidade ontológica, não se mantém como numa relação seccionada da história. O cotidiano não se descola do histórico – antes é um dos seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais. (NETTO & FALCAO, 1987, p. 65).

Isso significa que na vida cotidiana o indivíduo se reproduz enquanto tal, como ser singular, e ao mesmo tempo, reproduz diretamente a sociedade da qual faz parte e sua moral dominante.

De fato, a moral, como conjunto de normas e regras do convívio social, surge da necessidade prática do convívio social desde as sociedades primitivas, orientando a conduta dos indivíduos, em termos de normas e deveres. Contudo, é no campo da moral que se estabelecem as normas e condutas que interessam as classes dominantes, portanto é no campo da moral que se estabelecem também as bases para os preconceitos. Nesse sentido, o campo da moral diz respeito a prática do indivíduo em sua singularidade, quando sem mediações não avança para a dimensão humano-genérica.

Foi o que se deu no processo de complexificação da sociedade, mais especificamente, a partir do surgimento da sociedade de classes e da divisão social do trabalho, quando o trabalho se torna cada vez mais, somente meio de vida e de sustento. De elemento propiciador da liberdade e satisfação humana, torna-se instrumento de exploração e opressão de uma classe sobre a outra.

Nestas condições, o trabalho inverte sua finalidade criadora; ao invés de liberar as capacidades essenciais do trabalhador, as aliena; ao invés de objetivar-se como um fim em si mesmo, torna-se um meio para garantia da sobrevivência física; ao invés de ampliar a criatividade e diversificar as possibilidades de escolha, reproduz a unilateralidade, a fragmentação, ou seja, reproduz condições que desumanizam o ser social (BARROCO, 1996, p.63).

Com a complexificação da sociedade, o trabalho e a divisão social do trabalho assumem novas formas. Na forma atual da sociedade de classes, a sociedade capitalista, o trabalho alienado e alienante, torna-se sofrimento, opressão, dor, dispêndio de energia sem sentido, no qual as pessoas permanecem somente por necessitarem sobreviver. E a forma como os seres humanos produzem sua existência, interfere no campo da ética, donde os seres humanos incorporarão na sua vida e no seu cotidiano, em maior ou menor medida, o *ethos* capitalista. Tem-se, portanto, uma moral alienada: aquela que se apresenta de maneira autônoma, sem vincular-se à humanidade como um todo, sem vincular-se à essência do gênero humano. Nesse contexto, deve-se assinalar que:

“[...] a classe burguesa produz preconceitos em muito maior medida que todas as classes sociais conhecidas até hoje. Isso não é apenas consequência de suas maiores possibilidades técnicas, mas também seus esforços ideológicos hegemônicos: a classe burguesa aspira a universalizar sua ideologia” (HELLER, 2004, p. 54).

Assim, na luta cotidiana pela sobrevivência na sociedade, homens e mulheres, ao responderem às suas necessidades imediatas, incorporam, irrefletidamente, costumes, normas e condutas de comportamento. Por isso, é no solo do cotidiano que se reproduzem os preconceitos, os (des)valores, as condutas irrefletidas. No caso da sociabilidade capitalista, sua organização da produção baseada no lucro, na competitividade, no egoísmo e no individualismo exacerbado, termina, em larga medida, formando indivíduos à sua imagem e semelhança.

Contudo, há dimensões da vida humana que permitem a suspensão do cotidiano e das suas ultrageneralizações. A ética é uma delas e consiste na reflexão teórica sobre a moral e em uma ação livre voltada ao ser humano-genérico. Desse modo, o refletir e agir ético é aquele que eleve o indivíduo para além do seu eu, “que possibilite a ele agir com consciência das alternativas, com autonomia e liberdade” (BARROCO, 2000, p. 126). Assim sendo, é possível aos seres humanos, superarem o terreno dos preconceitos.

Pois, ao mesmo tempo que o preconceito surge das ultrageneralizações cotidianas, também surge e é alimentado por interesses específicos de grupos

dominantes que desejam assegurar o *status quo*. Frente a isso, segundo Heller (Op. Cit), os preconceitos poderiam deixar de existir se desaparecesse a particularidade que funciona com inteira independência do humano-genérico. Ou seja, se cada indivíduo particular se visse como participante do ser humano-genérico.

O indivíduo pode superar a singularidade, quando ascende ao comportamento no qual joga *todas as suas forças*, mas *toda a sua força* numa objetivação duradoura (menos instrumental, menos imediata); trata-se então de uma mobilização anímica que suspende a heterogeneidade da vida cotidiana – que *homogeneiza* todas as faculdades do indivíduo e as direciona num projeto em que ele transcende a sua singularidade numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica. Nesta suspensão (da heterogeneidade) da cotidianidade, o indivíduo se instaura como *particularidade*, espaço de mediação entre o singular e o universal, e comporta-se como *inteiramente homem*. (NETTO & FALCAO, 1987, p. 65, grifo do autor).

Nessa ótica, a reflexão ético-política deve pautar-se no fortalecimento da busca da essência humana e a efetiva humanização global da vida, e tais dimensões caracterizam-se como uma das bases da ética em Marx e da superação da moral alienada.

Contudo, a construção de uma nova moral, baseada no humano-genérico, só é possível a partir de uma nova forma de organização de sociedade que coloque a satisfação das necessidades dos seres humanos como objetivo central da produção. Em Marx, a construção de uma nova moral não é uma tarefa teórica, mas prática e significa derrubar

[...] todas as relações em que o homem é um ser humilhado, subjugado, abandonado e desprezível, relações que nada poderia ilustrar melhor do que aquela exclamação de um francês ao tomar conhecimento da existência de um projeto de criação do imposto sobre cães: Pobres cães! Querem tratá-los como se fossem pessoas! (MARX, s/d, s/p).

Desse modo, prossegue Marx (Ibidem, s/p):

Sem dúvida, a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas; a força material tem que ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material, uma vez que se apossa dos homens. A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdade face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem.

Frente a isso, devemos reconhecer a importância da reflexão ético-política e de uma educação que promova, a reflexão crítica em todas as dimensões, e que permita aos indivíduos refletir sobre o seu agir ético (TONET, 2002), conscientes de que toda escolha realizada no cotidiano da vida tem uma dimensão ético-política. Isso não implica a imposição de uma forma de pensar, significa liberdade de escolher um projeto de vida diverso do proposto pelo sistema capitalista (LIMA, 2008).

Ora, o desenvolvimento científico e tecnológico que se processa, não tem contribuído para melhorar a vida de toda a humanidade, pelo contrário tem sido fator de degradação da vida humana e do agravamento dos problemas sociais. As pessoas, na sociedade do Capital, são transformadas em objetos descartáveis, em seres individualistas preocupados com sua sobrevivência cotidiana (TONET, 2002). O individualismo exacerbado afasta os sujeitos da luta coletiva, da busca por interesses humano-genéricos.

Nos anos 90 do século XX, no Brasil, inicia-se a implantação deliberada e planejada do projeto neoliberal<sup>3</sup>, que consiste, simplificada, na redução de gastos públicos com as políticas sociais, crescente valorização da “parceria” público-privado na prestação dos serviços sociais, na precarização, insegurança e vulnerabilidade do trabalho. Deste modo, os serviços públicos são cada vez mais sucateados e o atendimento à população é transferido ao setor privado, através de repasse de recursos, subsídios públicos e isenção de impostos para o setor privado.

No caso do sistema universitário público este processo começou já no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), agravando-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), tendo continuidade no governo de Luis Inácio “Lula” da Silva (2003-2006/2007-2010), chegando ao governo Dilma Rousseff (2011-2014/2015-)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Acerca da proposta neoliberal, conferir, entre outros: Sader & Gentili (1995).

<sup>4</sup> Para aprofundamento sobre essa discussão, ver, entre outros, Lima, 2008.



Desse modo, a forma como o ensino vem se processando na atualidade<sup>5</sup> - estamos aqui nos referindo ao projeto em curso na sociedade capitalista, que cada vez mais substitui o saber crítico-reflexivo, que exige tempo, constância e determinação para desvelar o real, por um saber técnico-instrumental pragmático, que tem como objetivo final apenas os resultados mais imediatos – vem contribuindo com a racionalidade abstrata-formal-instrumental, ao afastar os sujeitos da convivência social e da participação política e ao oferecer um simples aprendizado instrumental/técnico. Exemplo disso, é a ênfase e o incentivo aos cursos de curta duração; graduações tecnológicas; ampliação dos cursos à distância; e aligeiramento dos cursos de graduação e pós-graduação, dentre outras.

Do nosso ponto de vista, o ensino deve ultrapassar o saber instrumental, preparando os sujeitos para o mercado profissional e para a vida. Um ensino que construa autonomia e liberdade de ação e pensamento, que possibilite o desvelamento do real, escondido sob o véu da aparência, enxergar a formação sócio-histórica da sociedade; seus limites e desafios; a superação do preconceito e dos (des)valores<sup>6</sup>.

Contudo, se os indivíduos no cotidiano da sociabilidade capitalista incorporam tais (des)valores, e tendem a reproduzi-los, qual a possibilidade de rompimento com tais (des)valores? Como se dá o processo de desconstrução/reconstrução de novos valores no sujeito?

Segundo Iasi (2011), o processo de formação da consciência de pertencimento de classe e de compromisso com a perspectiva de classe se dá na intersecção entre o genérico e o particular, onde o indivíduo, na sua particularidade, se vê como participante de um todo maior e encontra um ponto de fusão, se reconhecendo como ser que, na sua

---

<sup>5</sup> Estamos aqui nos referindo ao projeto em curso na sociedade capitalista, que cada vez mais substitui o saber crítico-reflexivo, que exige tempo, constância e determinação para desvelar o real, por um saber técnico-instrumental pragmático, que tem como objetivo final apenas os resultados mais imediatos.

<sup>6</sup> Partindo da concepção ontológica-histórica, na qual os valores têm seu fundamento no trabalho humano, adotaremos a perspectiva segundo a qual, os valores necessariamente contribuem para a liberdade e emancipação humana, enquanto os (des) valores são todos aqueles que oprimem e obstaculizam o pleno desenvolvimento e liberdade humana. Ver a esse respeito, Heller (2004).

serialidade, faz parte de algo maior (ser genérico). Tal processo não tem somente a formação como elemento determinante, apesar de sua importância. Envolve inúmeros determinantes objetivos e subjetivos, desde o pertencimento objetivo e subjetivo de classe, disposição interna para a mudança, participação em atividades de organização e participação política, enfim, vários determinantes que se imbricam na particularidade e no momento específico de vida de cada sujeito.

Assim, ao mesmo tempo que avaliamos a dificuldade de, durante o processo de formação, os/as discentes romperem/reverem os valores que, por vezes, chegam já alicerçados, é inegável a contribuição do processo de formação e da vida acadêmica dos/das discentes. É sempre mais uma possibilidade de uma outra forma de análise, que apresenta uma outra forma de olhar a sociedade e os processos sociais, de forma crítico-reflexiva, apontando para a busca de um agir ético-político, mais voltado à coletividade, ao humano-genérico.

### **3. O CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES: IMPLICAÇÕES TEÓRICO-POLÍTICAS**

O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro é uma conquista da categoria profissional ao longo de um processo histórico de maturação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo anterior, sobretudo sob a perspectiva da crítica marxista. Essa maturação se constitui como síntese da expressão das lutas e resistências dessa categoria, bem como da classe trabalhadora, frente às ideologias políticas, econômicas e culturais conservadoras<sup>7</sup> operadas pelo neoliberalismo.

As bases teórico-políticas do amadurecimento da profissão, que desemboca na construção do Projeto Ético-Político Profissional, se encontram na configuração dada pelo processo de recusa ao conservadorismo presente na categoria. É nos anos de 1980 que essa categoria adquire maturidade

---

<sup>7</sup> Acerca do pensamento conservador, ver Escorsim Netto (2011) e Martins (1981).

intelectual e política para objetivar uma avaliação qualitativa dessas tendências que permearam o Serviço Social em seu processo de renovação, na qual se hegemoniza a tendência intenção de ruptura<sup>8</sup>. Desse modo, Barroco (2010: 166-167) afirma que:

As formas de incorporação do marxismo pelo Serviço Social só adquirem condições de ser reavaliadas na segunda metade dos anos 70, no âmbito da crítica superadora do movimento de reconceituação. Aí são apontados seu ecletismo teórico-metodológico, sua ideologização em detrimento da compreensão teórico-metodológica, sua remissão a manuais simplificadores do marxismo, sua reprodução do economicismo e do determinismo histórico. Em termos políticos, questiona-se o basismo, o voluntarismo, o messianismo, o militantismo, o revolucionarismo.

Nesse período, ainda é bastante restrita a reflexão teórico-metodológica sobre a ética inspirada na tradição marxista, embora que tal ética já se encontrava presente nas configurações históricas da profissão, como é exemplo, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979<sup>9</sup>, que segundo Barroco (2010, p.168) é um marco no compromisso política da categoria dos(as) assistentes sociais com os campos populares da sociedade brasileira, pois “os valores ético-políticos inscritos no projeto profissional de ruptura adquirem materialidade, o que se evidencia na organização política da categoria, na explicitação da ruptura com o tradicionalismo profissional”.

O processo de maturação teórico-político ocorrido na década de 1980 é marcada pela aproximação com fontes retratadoras da riqueza do pensamento marxista, que na realidade brasileira tem como centralidade a obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, de Yamamoto (1982), assinalando a superação dos equívocos arrolados às primeiras aproximações da profissão ao marxismo.

Conjuntamente à essa obra, também, adquire destaque as discussões e aprofundamentos – a partir da tradição marxista – de algumas categorias

---

<sup>8</sup> Sobre este assunto ver Netto (2011).

<sup>9</sup> No III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), os (as) assistentes sociais presentes questionaram a direção adotada pela organização do congresso e substituíram os convidados especiais, representados por autoridades do Ditadura Civil-Militar, por dirigentes de organizações populares. Essa atitude constituiu-se num marco no seio da categoria profissional e representou a vontade dos profissionais de Serviço Social colocar sua prática profissional a favor dos setores populares.

elementares para o Serviço Social, tais como: “questão social”, política social, trabalho, sociedade civil e Estado. Tais discussões sustentaram as bases de reorganização da categoria, tanto no campo da formação quanto do exercício profissional. Essa nova compreensão dos fundamentos que compõe o Serviço Social é que possibilita a objetivação de uma dimensão, até então tida como “neutra” no seio da profissão, que é a dimensão política.

A dimensão política objetivada nas ações da categoria leva a repensar os direcionamentos éticos dessa profissão, bem como seus pressupostos teóricos que fundamentam e balizam a ética profissional, constituindo assim a possibilidade de um novo *ethos*, que de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014) no desempenho de uma função intelectual, o/a assistente social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional.

Sendo assim, no ano de 1986, tem-se instituído no âmbito da categoria o seu novo Código de Ética (RESOLUÇÃO CFESS 273/1993) que em contraposição aos Códigos anteriores (1947, 1965, 1975)<sup>10</sup> demarca sua vinculação a uma ética transformadora no campo do Serviço Social brasileiro, pois seus pressupostos teórico-políticos assumem uma direção social conformada à conjuntura ideopolítica da década de 1980, em que, segundo Barroco (2010, p. 176-177):

Aponta-se para a necessidade de uma nova ética profissional que ‘reflita uma vontade coletiva, superando a visão crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe’. A nova ética é então definida como ‘resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira’. Assim, apresenta-se o princípio da nova ética, o ‘compromisso’ com a classe trabalhadora’, desta vez explicitado: ‘A categoria, através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe’. [Contudo] O código expressa uma concepção ética mecanicista; ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as mediações, peculiares e dinâmicas da ética. Ao vincular, mecanicamente, o compromisso profissional com a classe trabalhadora, sem estabelecer a mediação dos valores próprios à ética, reproduz uma visão tão abstrata a que pretende negar.

---

<sup>10</sup> Para maior aprofundamento sobre os Códigos de Ética do(a) assistente social anteriores ao de 1986 cf. CFESS (2012).

Nota-se que até o presente momento ainda se permeia uma insuficiência na apreensão da ética nos processos de objetivação das relações sociais, o que não se equipara a uma ausência de mudanças ético-morais no contexto da profissão. A superação das fragilidades do Código de 1986, segundo Barroco (2010: 178) “é objetivada em 1993, quando o Código é reelaborado, o que deixa claro que houve um avanço teórico, proporcionado pelo acúmulo anterior”.

O contexto de amadurecimento da ética no Serviço Social é tido como uma expressão coletiva da categoria, protagonizada pela articulação de suas entidades representativas – a partir de congressos, oficinas, seminários, espaços de diálogo e debate, entre outros –, que de acordo com Barroco (idem, p. 179) esteve consubstanciado a um período em que “o país ingressa no ‘mundo global’ reatualizando as velhas estratégias de equacionamento moral da ‘questão social’”. Esse período é tomado por um avanço do conservadorismo burguês construído no âmago das relações sociais vigentes<sup>11</sup>.

Mesmo com essa configuração adversa à objetivação de uma ética consubstanciada aos fundamentos teórico-políticos do marxismo, o Código de Ética de 1993 se mostra uma ampliação mais sólida das bases teórico-filosóficas de Marx, essencialmente por meio da expansão intelectual dessa tradição nos anos 1980, no âmbito do Serviço Social. É nos anos 1980 que o Serviço Social brasileiro, dá seus primeiros passos no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* e se aproxima, gradativamente e com profundidade, de autores/as (Lukács, Mézáros, Heller, entre outros), conceitos e categorias, antes apreendidos superficialmente no Serviço Social, como ontologia, fetichização, alienação, *práxis*.

Desse modo, os anos 1990 e seguintes, trouxeram o acúmulo teórico-metodológico e ético-político que permitiram que os/as assistentes sociais discutissem e aprovassem os instrumentos que expressam o Projeto Ético-

---

<sup>11</sup> No Brasil, os anos 80 do século XX foi o momento de reorganização das forças e movimentos populares na luta contra a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e trouxeram enormes conquistas para a classe trabalhadora, expressos, em parte, na Constituição de 1988. Contudo, os anos 90 representaram a chegada do Neoliberalismo e o início do desmonte dos direitos sociais, conquistados na Constituição à duras penas.

Político (PEP) da profissão. Assim, o PEP se expressará no novo Código de Ética Profissional (Resolução CFESS 273/93, de 13 de março de 1993) e na nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93, de 7 de junho de 1993), bem como na elaboração das Diretrizes Gerais Curriculares para o Curso de Serviço Social, de 1996, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) em 2001.

O PEP, por meio dos seus instrumentos e, particularmente do Código de Ética Profissional, estabelece o reconhecimento da Liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos Direitos Humanos, a recusa ao arbítrio e ao autoritarismo, a ampliação e consolidação da cidadania e a defesa e aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. Assim, a formação profissional nesta área do conhecimento alinha-se aos princípios éticos humano-genéricos que se entranham ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. No Código de Ética do/a assistente social, aprovado em 1993, (2012: 21-22) se expressa à compreensão de que:

[...] a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

Por conseguinte, tais projeções vêm sendo construídas no processo de formação profissional, onde é perceptível a interlocução entre o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares, a Lei de Regulamentação da Profissão na insurgência do Projeto Ético-Político Profissional. Tais elementos são incorporados ao processo de formação profissional, proporcionando, o contato do discente a um referencial teórico filosófico que busca uma apropriação e

compreensão desse referencial, possibilitando àquele posicionar-se frente às demandas da profissão. Nesse sentido, a ética político-profissional da categoria deve se constituir, transversalmente, em todo o processo de formação profissional.

No que se refere às contribuições da proposta contida nas Diretrizes Curriculares para o processo de formação profissional em Serviço Social, Aquino (2008: 119-120), expressa que:

[...] pode-se destacar o fato das mesmas priorizarem a formação de profissionais críticos, propositivos e comprometidos com o Projeto Ético-Político da categoria, através da construção de conhecimento teórico-prático e da aquisição de atitudes, habilidades e competências embasadas em valores e princípios coletivos, que os capacitem para o desempenho de suas funções e o exercício de ações conscientes. [...] É relevante destacar que a formação profissional integra, necessariamente, tanto o conhecimento teórico, os valores e modelos acumulados pela própria profissão, ao longo de sua trajetória histórica, quanto é composto pela vivência pessoal e social de formadores e formandos.

Sendo assim, podem-se perceber os avanços abarcados com a consolidação das Diretrizes Curriculares (DC's) para o curso de Serviço Social no sentido de resgatar, por meio dessa nova proposta de formação profissional, o ensino da prática articulada ao ensino teórico – a *práxis* – objetivando alcançar o perfil do/a profissional a ser formado, visando o rompimento da concepção “dicotômica” existente entre teoria e prática, a exemplo da separação entre disciplinas teórica/analítica e técnica/prática. Nesse sentido, as DC's se fundamentam em um processo de contínua revisitação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, em busca de se articular com a realidade social, para que venha possibilitar durante a formação profissional em Serviço Social, a capacidade de apreender um aporte teórico que busque construir uma:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas

profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;  
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, 1996, p. 07),

Essa proposta traz à tona um processo que deve ser fortalecido em todos os campos que permeiam o Serviço Social, tendo a academia seu campo privilegiado, visto que o papel desse espaço é a formação das gerações futuras dessa categoria profissional, assim, o Serviço Social tem usado o processo de formação profissional como uma força motriz para a sedimentação do que orienta o Projeto Ético-Político da profissão. Destarte, as DC's têm um significado sócio-histórico essencial na (re)afirmação dos *ethe* presentes na formação profissional, que dependendo de suas determinações sócio-institucionais podem possibilitar a construção de *ethos* antagonicamente diferentes e que se sustentam em matrizes teóricas também antagônicas, ou até mesmo recair na perspectiva do ecletismo teórico-profissional, implicando práticas profissionais caudatárias, deficitárias, despolitizada e/ou até mesmo legitimadora de princípios antagônicos aos defendidos no Projeto Profissional.

Ao mesmo tempo em que o Serviço Social se compromete com a construção de uma outra sociedade que tenha a satisfação das necessidades dos seres humanos como objetivo final, vive-se no momento atual, como assinalamos inicialmente, uma conjuntura extremamente adversa. As Diretrizes Curriculares erguidas no coletivo profissional – expressão de todo o diálogo teórico-metodológico construídos até então -, enfrentam cotidianamente impasses circunscritos tanto pela Lei de Diretrizes e Bases (1996) para o ensino superior, quanto por decretos institucionais<sup>12</sup>.

Assim, Iamamoto (1998) sugere balizar, por meio da história contemporânea e do pensamento progressista de análises ulteriores de seu desenvolvimento, as particularidades e singularidades do Serviço Social como profissão, que se realiza e serve como meio de reprodução da vida no mercado de trabalho, tendo o desafio de romper com uma formação ainda estéril que

---

<sup>12</sup> Já assinalamos no início desse capítulo a conjuntura adversa mundial que se coloca para a educação pública, gratuita e de qualidade. O que se assiste mundialmente é a educação transformada em mercadoria.



acaba por caracterizar os futuros profissionais como operadores de uma prática mecanicista e burocrática (expressões do pensamento conservador) descompromissada ao Projeto Ético-Político da profissão.

Sendo assim, se torna imprescindível a discussão da ética de caráter emancipatória em todo o processo de formação profissional dos/as assistentes sociais, sendo necessária a constante preocupação juntos aos profissionais da apreensão das mais diversas realidades éticas em que a sociedade está inserida, não obstante a necessidade de compreensão ontológica da ética na vida em sociedade, elevando o sujeito a sua condição de ser humano genérico.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ética, portanto, como processo canalizador da autoconstrução está também presente nos diferentes espaços de socialização do homem, incluindo o processo de formação profissional, espaço de (des)construção do conhecimento, no qual emana a necessidade de fortalecimento da ética, a partir da direção social construída pela categoria profissional.

Dessa maneira, a ética vai se configurando como um elemento intrínseco nas relações sociais vigentes, permeada por rupturas e continuidades, sendo necessário que os fundamentos teórico-políticos da ética se conformem – efetivamente – em um dos núcleos essenciais da formação profissional em Serviço Social, desde que tenha como pressupostos a concepção ontológica do ser social. Caso contrário, esta realidade pode se converter em uma perspectiva moralizante e/ou fundamentalista do ser social, enviesando o processo de desvelamento da realidade, recaindo naquela velha questão dicotômica, como bem afirma Iamamoto (1998), entre ser fatalista ou messiânico.

Desta forma, não basta somente tal realidade estar impressa nas Diretrizes Curriculares para que venha a se materializar. É necessário, cada vez mais aprofundar a radicalidade da reflexão ética desde a formação profissional, cabendo, também, aos assistentes sociais, no cotidiano do

exercício profissional o compromisso ético-político que se expressa em ações que se direcionam para o desenvolvimento e a liberdade humana. Pois,

A ética marxista é uma práxis, não pode existir sem uma realização prática sem se realizar na prática de algum modo [...] por isso, a ética marxista não depende só da compreensão e da aplicação correta dos textos de Marx: ela depende muito mais do desenvolvimento do movimento que a adote como moral" [...] [o que, na verdade significa] um reencontro do movimento revolucionário, de seus homens, de suas massas (da atividade que humaniza e transforma o mundo) com a teoria de Marx (HELLER, 2004, p. 121).

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Disponível em: <[http://abepss.hospedagemdesites.ws/WP-content/uploads/2012/07/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996.pdf](http://abepss.hospedagemdesites.ws/WP-content/uploads/2012/07/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2015.

AQUINO, Gláucia Heloísa Malzoni Bastos de. **De volta ao começo**: a dimensão ético-política na formação profissional das assistentes sociais. Tese de Doutorado. Franca: UNESP, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ontologia Social e Reflexão Ética**. Tese (Doutorado)-PUC, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 2, p.119-36, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ética e Serviço social**: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. ver. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 22 mai. 2015.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**. Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

\_\_\_\_\_. **Contrarreforma da Educação Superior e Formação profissional em Serviço Social**. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 15, 2008.

MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução** (1844). Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/tme\\_11.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_11.pdf)>. Acesso em 01 mai. 2016.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1991.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo(Org.). **Pós-Neoliberalismo**. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

TONET, Ivo. **Ética e Capitalismo**. In: Presença Ética. Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética (GEPE). PPGSS/UFPE, ano II, nº 2, 2002. Disponível em <<http://bit.ly/Ywk6FJ>>. Acesso em 22 mai. 2015.